



CURADORIA DO MEIO AMBIENTE
Inquérito Civil n. 06.2018.00000643-1

TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA n. 0005/2018/02PJ/XXÊ

***Ementa:** Reparação do dano ambiental (supressão de uma araucária angustifolia) e apresentar licença ambiental para empreendimento de criação de animais confinados de grande porte.*

Pelo presente instrumento, o **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA**, por meio da 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Xanxerê/SC, situada no Edifício Classic Center – rua Fidêncio de Souza Mello, n. 169, centro, Xanxerê/SC, neste ato representado pelo Promotor de Justiça Doutor Marcos Augusto Brandalise, doravante denominado **COMPROMITENTE**, e **RUDY BAGATINI** brasileiro, casado, agricultor, inscrito no CPF sob o n. 148.915.579-15, RG n. 1.014.021, residente e domiciliado na Linha Passo Trancado, interior, Xanxerê -SC, **RODRIGO BAGATINI** brasileiro, casado, agricultor, inscrito no CPF sob o n. 043.149.409-64, residente e domiciliado na Linha Passo Trancado, interior, Xanxerê -SC, **FÁBIO LUIZ BAGATINI** brasileiro, casado, agricultor, inscrito no CPF sob o n. 028.588.089-61, residente e domiciliado na Linha Passo Trancado, interior, Xanxerê -SC, doravante denominados **COMPROMISSÁRIOS**, consoante o disposto no artigo 5º, § 6º, da Lei Federal n. 7.347/1985, artigo 89 da lei Complementar Estadual n. 197/2000, art. 19 do Ato n. 335/2014/PGJ e art. 14 da Resolução n. 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público, têm entre si justo e acertado o seguinte:

CONSIDERANDO que o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis (art. 127 da Constituição da República);

CONSIDERANDO que todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente



equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações (artigo 225, *caput*, da Constituição Federal);

CONSIDERANDO a função sócio ambiental da propriedade prevista nos arts. 5º, inciso XXIII; 170, inciso VI, 182, §2º; 186, inciso II e 225, todos da Constituição Federal, e os princípios jurídicos da prevenção, da precaução e do poluidor pagador;

CONSIDERANDO a função socioambiental da propriedade prevista nos arts. 5º, inciso XXIII, 170, inciso VI, 182, § 2º, 186, inciso II e 225, todos da Constituição da República;

CONSIDERANDO que o direito de propriedade será exercido com as limitações que a legislação estabelece, ficando o proprietário ou posseiro obrigado a respeitar as normas e regulamentos administrativos;

CONSIDERANDO que todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações (artigo 225, *caput*, da Constituição Federal);

CONSIDERANDO que o artigo 170, *caput*, da Carta Magna dispõe que a ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social, observando, dentre outros, o seguinte princípio "VI – defesa do meio ambiente, inclusive mediante tratamento diferenciado conforme o impacto ambiental dos produtos e serviços e de seus processos de elaboração e prestação";

CONSIDERANDO que os artigos 26 a 28 do Código Florestal Ambiental – Lei n. 12.651/2012, regulamenta a supressão de vegetação nativa para uso alternativo do solo, tanto de domínio público como de domínio privado;

CONSIDERANDO que a Resolução n. 13 do CONSEMA lista as atividades consideradas potencialmente causadoras de degradação ambiental, dentre elas encontra-



se o parcelamento do solo;

CONSIDERANDO que o art. 60 da Lei 9605/09, dispõe que *"construir, reformar, ampliar, instalar ou fazer funcionar, em qualquer parte do território nacional, estabelecimentos, obras ou serviços potencialmente poluidores, sem licença ou autorização dos órgãos ambientais competentes, ou contrariando as normas legais e regulamentares pertinentes"*, sujeita o infrator a pena de detenção de um a seis anos e multa;

CONSIDERANDO o caráter preventivo, retributivo e curativo do princípio de responsabilidade civil ambiental denominado "poluidor-pagador";

CONSIDERANDO que restou apurado que houve supressão de exemplar de "araucária angustifolia" e implantação de empreendimento (criação de animais confinados de grande porte) sem a devida licença ambiental do órgão competente;

CONSIDERANDO que o compromissário manifestou o interesse na solução voluntária das obrigações, mediante Termo de Ajustamento Conduta;

E, por fim, considerando o teor do art. 5º, § 6º, da Lei nº 7.437/85, e do art. 89 da Lei Complementar Estadual nº 197, de 13 de julho de 2000, os quais facultam ao representante do Ministério Público a possibilidade de lavrar com os interessados termo de compromisso de ajustamento de conduta às exigências legais, com eficácia de título executivo;

RESOLVEM:

Celebrar o presente **TERMO DE COMPROMISSO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA**, doravante denominado TERMO, com fundamento no art. 5º, § 6º, da Lei n. 7.347, de 24 de julho de 1995 (Lei da Ação Civil Pública), arts. 84 e seguintes da Lei Complementar Estadual n. 197/2000 (Lei Orgânica do Ministério Público de Santa Catarina), art. 19 do Ato n. 335/2014/PGJ e art. 14 da Resolução n. 23 do Conselho Nacional de Justiça – CNMP, de conformidade com as cláusulas e condições seguintes:



TÍTULO I - DO OBJETO

CLÁUSULA 1ª - Este TERMO tem como objeto a reparação do dano ambiental causado ao meio ambiente em razão da supressão de exemplar de "araucária angustifolia" e implantação de empreendimento (criação de animais confinados de grande porte) sem a devida licença ambiental do órgão competente, na linha Passo Trancado, SN, interior de Xanxerê, propriedade dos Compromissários;

TÍTULO II - DAS OBRIGAÇÕES **DAS OBRIGAÇÕES DO COMPROMISSÁRIO**

CLÁUSULA 2ª - Os **COMPROMISSÁRIOS** se compromete na obrigação de fazer a elaboração por profissional habilitado, acompanhado de ART, do Projeto de Área Degrada – PRAD, sujeito à aprovação da Secretaria de Políticas Ambientais Municipal, com envio de cópia a esta Promotoria de Justiça, no prazo de 120 (cento e vinte) dias, da assinatura deste Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta, devendo conter no mínimo:

a) recuperação da vegetação, com o plantio de mudas nativas típicas da região, em quantidade suficiente para a cobertura da área degradada;

CLÁUSULA 3ª - Os **COMPROMISSÁRIOS** se compromete na obrigação de fazer, consistente em providenciar as devidas alterações no Projeto de Recuperação de Área Degradada – PRAD caso indeferido pela Fundação do Meio Ambiente - FATMA, sujeitando-o novamente ao órgão ambiental, Secretaria de Políticas Ambientais Municipal, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias contados a partir da ciência do indeferimento;

CLÁUSULA 4ª – Os **COMPROMISSÁRIOS** se compromete na obrigação de fazer, consistente em informar a esta Promotoria de Justiça a data do



deferimento ou indeferimento do Projeto de Recuperação de Área Degrada – PRAD, no prazo de 10 (dez) dias, contados a partir da data de sua avaliação pela Secretaria de Políticas Ambientais Municipal. Tal informação poderá ser realizada por meio eletrônico via e-mail: xanxere02pj@mpsc.mp.br.

CLÁUSULA 5ª – Os **COMPROMISSÁRIOS** se compromete na obrigação de fazer consistente na execução do Projeto de Recuperação de Área Degradada – PRAD, no prazo de 6 (seis) meses, contados a partir da aprovação pela Secretaria de Políticas Ambientais Municipal.

CLÁUSULA 6ª – Os **COMPROMISSÁRIOS** apresentam a licença ambiental de implantação de empreendimento, neste ato de assinatura, conforme documento anexo.

TÍTULO III – DAS MEDIDAS DE COMPENSAÇÃO INDENIZATÓRIA

CLÁUSULA 7ª – Os **COMPROMISSÁRIOS**, como medida de compensação indenizatória pelos danos provocados ao meio ambiente, pagará a quantia de **R\$ 1.500,00 (mil e quinhentos reais)**, em 10 (dez) parcelas mensais sucessivas no valor de R\$ 150,00 (cento e cinquenta reais) cada, cujo valor será revertido ao Fundo para a Reconstituição de Bens Lesados do Estado de Santa Catarina (FRBL), criado pela Lei Estadual n. 15.694/2011, a ser recolhido por boleto bancário que será enviado após a homologação do presente TERMO, tendo em vista ter sido suprimido um pinheiro.

Parágrafo único – Para comprovação desta obrigação, os **COMPROMISSÁRIOS** obrigam-se a apresentar a esta Promotoria de Justiça cópia dos comprovante(s) de pagamento em até 10 (e) dias após a data de cada pagamento.

TÍTULO IV – DAS CLÁUSULAS PENAIIS

CLÁUSULA 8ª – Na hipótese de descumprimento e/ou atraso de quaisquer das obrigações assumidas neste TERMO, incorrerá os **COMPROMISSÁRIOS**



em multa, cujo montante será revertido ao Fundo para a Reconstituição de Bens Lesados do Estado de Santa Catarina (FRBL), sem prejuízo das ações que eventualmente venham a ser propostas, bem como de execução específica das obrigação assumidas, respeitadas as seguintes disposições:

I – Pelo **atraso** do prazo estipulado na cláusula 2ª, 3ª, 4ª, 5ª e 6ª, incorrerá os **COMPROMISSÁRIOS** em multa no valor de R\$100,00 (cem reais) por dia de atraso, com limite de 90 (noventa) dias (termo final);

II – Pelo **descumprimento** da cláusula 2ª, 3ª, 4ª, 5ª e 6 configurado este caso o não cumprimento das obrigações se estenda por mais de 90 (noventa) dias, cessará a incidência de multa diária e, além daquela devida pelos noventa dias de atraso, incidirá os **COMPROMISSÁRIOS** em multa no valor de R\$ 3.000,00 (três mil reais), reajustado pelo INPC.

Parágrafo único – A multa é independente e cumulativa para cada um dos incisos descumpridos.

CLÁUSULA 9ª – Comprovada a inexecução dos compromissos previstos nas cláusulas acima facultará ao Ministério Público Estadual a imediata execução judicial do presente título, tanto da multa aplicada quanto da obrigação de fazer estipulada.

CLÁUSULA 10ª – As partes poderão rever o presente ajuste, mediante termo aditivo, o qual poderá incluir ou excluir medidas que tenham por objetivo o seu aperfeiçoamento e/ou se mostrem tecnicamente necessárias.

CLÁUSULA 11ª - Este título executivo não inibe ou restringe, de forma alguma, as ações de controle, monitoramento e fiscalização de qualquer órgão público, nem limita ou impede o exercício, por ele, de suas atribuições e prerrogativas legais e regulamentares.

DISPOSIÇÕES FINAIS

CLÁUSULA 12ª – O **MINISTÉRIO PÚBLICO** compromete-se a não adotar nenhuma medida judicial coletiva relacionada ao convencionado no presente TERMO contra os **COMPROMISSÁRIOS**, caso venha a ser cumprido integralmente o



avençado.

CLÁUSULA 13ª - As partes elegem o foro da Comarca de Xanxerê/SC para dirimir eventuais problemas decorrentes do presente TERMO.

Assim, justo e acertados, firmam as partes o presente Termo de Compromisso, composto por 9 (nove) laudas, em 2 (duas) vias originais de igual teor, e que terá eficácia de título executivo extrajudicial, nos termos do art. 5º, § 6º da Lei n. 7.347/85, art. 585, inciso VIII, do Código de Processo Civil e art. 19 do Ato n. 335/2014/PGJ, para que surta seus jurídicos e legais efeitos, submetendo-se, juntamente com a promoção de arquivamento, à análise do Egrégio Conselho Superior do Ministério Público, conforme dispõe o art. 26 do Ato n. 335/2014/PGJ.

Xanxerê, 13 de março de 2018.

Marcos Augusto Brandalise
Promotor de Justiça

Rudy Bagatini
Compromissário

RODRIGO BAGATINI
Compromissário

FÁBIO LUIZ BAGATINI
Compromissário

Altair Luiz Faé
OAB/SC 19.941

Taynara Marcon
Assistente Promotora

Lizandra Fátima Groder
Assistente Promotora